

DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Helio Santos

*Presidente do IBD – Instituto Brasileiro da Diversidade, colunista da Revista Fórum,
Professor da Universidade São Marcos e da Fundação Visconde de Cairu,
Doutor em Administração pela FEA/USP*

Pretendemos desenvolver esse ensaio indignado em duas etapas:

1. Inicialmente, vamos fazer uma breve reflexão crítica a respeito de velhos e novos problemas do Brasil no campo do Desenvolvimento - alguns deles tão antigos quanto o próprio país (SANTOS, 1994);
2. Depois, pretendemos sinalizar algumas pistas no sentido de auxiliar a elaboração de um modelo de desenvolvimento que considere nossas especificidades sócio-econômicas, históricas e culturais.

Para o professor Celso Furtado, o Brasil não experimentou o desenvolvimento; o país apenas se modernizou parcialmente, beneficiando uma minoria. (FURTADO, 2002) Por outro lado, para o professor e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil não seria subdesenvolvido, mas sim injusto. Se analisarmos as duas afirmações notaremos que a rigor elas não são muito diferentes. Afinal, uma modernização que beneficia apenas uma diminuta parcela da população, como afirma Furtado, acarreta injustiças. Entretanto, nenhuma das duas afirmações sequer sugere uma pista para explicar um país que produz sofisticados jatos de porte médio. Todavia, este mesmo país não consegue treinar as mães pobres a lavar as mãos e ferver água para que seus bebês não morram de diarreia, como ainda continuam morrendo em pleno século 21.

Qual o eixo de gravidade que explica esse desequilíbrio extravagante?

Faz-se um silêncio retumbante quando se trata de explicar uma pobreza antiga, renitente e já cristalizada. Pobreza essa que não se confunde com aquela que um dia grassou na parte da Europa que hoje é rica; ou no Japão no passado.

Temos aqui cerca de uma Argentina e meia de pessoas empobrecidas. São quase (escandalosos) 60 milhões de brasileiros (cerca de 1/3 da população). Dentre estes, temos mais de 20 milhões de indigentes que perfazem mais ou menos 14% da população.

Em verdade, não dispomos de análises críticas que dêem conta de explicar o Brasil de carne e osso (tal qual ele se revela de fato em seu cotidiano). Temos aqui o moderno sem modernidade.

Como veremos a seguir, esse enigma não se decifra por que está emaranhado por cacoetes culturais complexos e que fazem parte da cultura de desenvolvimento no Brasil. (SANTOS, 2001) Aqui, o progresso, segundo os dados desde sempre conhecidos, não foi feito mesmo para alcançar determinadas parcelas da população. Observa-se aqui uma ausência de diagnósticos adequados. O Brasil, como se sabe, é inconcluso e utilizamos terapias para um país que nunca fomos.

Antes, portanto, dessa abordagem crítica, é importante assumir que existe uma efetiva dificuldade para se incluir no Brasil. A exclusão brasileira foi tecida com zelo ibérico e não apenas da maneira que conhecidos estudiosos supõem em sua vã teoria.

As dificuldades para um desenvolvimento inclusivo no Brasil, em minha opinião, decorrem, sobretudo, de erros de diagnóstico. Não se deve, porém, desconsiderar a qualidade das elites nacionais: medíocres de uma forma geral. Não se tem notícia de um país que tenha se consolidado enquanto nação sem uma elite que tenha um olhar estratégico e que esteja voltada para a sua efetiva cultura. Nossas elites não se esmeram em assumir um papel de proa no destino do país - estão mais fora do que dentro. Não só parte do dinheiro costuma estar fora, como também à cabeça. Trata-se de uma dificuldade congênita que não se deve esquecer.

Dentre as causas do atraso brasileiro, sacramentadas por inúmeros “experts” do campo mais progressista está a divisão internacional do trabalho (repetida desde sempre), a mundialização dos negócios, o hábito de consumo por partes dos ricos semelhante às economias modernas, o nosso capitalismo tardio e um dos dramas mais citados: o consenso de Washington, que engessa nosso potencial e nos condena ao pior dos infernos.

Entretanto, quando os progressistas ou mesmo os conservadores falam em atraso é fundamental esclarecer sobre qual Brasil se está falando. Aqui, o 1% mais rico detém, praticamente, o que os 50% mais pobres ganham. Somos um dos países de maior concentração de renda do mundo. O que faz com que essa brutal concentração de riqueza se perpetue *ad infinitum*?

Falar que as elites reproduzem aqui um padrão de consumo dos países de capitalismo avançado e ter esse fato como um problema pode ficar meio confuso. Afinal, um dos principais itens de nossa pauta de exportação são aviões sofisticados (os melhores do mundo em sua categoria). Ou seja: há um lado do Brasil que é capitalista avançado mesmo. Não há dúvida que ele é minoritário (em número de pessoas que consomem nesse padrão), mas não em volume financeiro.

Em relação aos consensos que vêm do exterior, eu tenho a dizer o seguinte: há consensos internos mais prejudiciais e bem mais antigos. Um dos consensos é aquele que silencia sobre os efeitos do escravismo brasileiro. O Brasil foi o país que maior número de africanos, recebeu - 40% de todo o tráfico. Foi ainda aqui onde se deu a mais longa escravidão: 354 anos (1534 a 1888). Foi também o Brasil o último país a abolir o escravismo. Quase nenhuma notícia se tem sobre o dia seguinte à abolição de fachada que pôs fim a quase infinda escravidão brasileira. O day after: o dia 14 de maio de 1888 nos alcança ainda hoje, 117 anos depois. Vê-se isso quando uma autoridade do Rio de Janeiro propõe murar uma mega favela, uma das 450 que sitiam aquele estado. O Vice-governador do Rio de Janeiro ao propor esse desespero não explicou quem iria administrar a portaria desse super muro. Muros já são nossa especialidade. Essa foi a primeira vez no Brasil que ao invés de murar as casas dos ricos decidiu-se murar a dos pobres. As chacinas, reconhecidas em todo o mundo, banalizaram a já endêmica violência contra os de sempre: negros e pobres.

Nosso maior e mais antigo problema no campo do trabalho é a empregabilidade das pessoas e não o desemprego como sempre se alardeou. O grosso do desemprego brasileiro é estrutural, o que nos leva à colossal informalidade a qual já supera o mercado formal.

Outro consenso, o da democracia racial, está sepultado. Não faz muito sentido falar-se em democracia racial em um país onde a democracia lato senso tem sido exceção e não regra. Ora, por que haveria democracia racial, já que não se tinha democracia alguma? Todavia, esse consenso se encontra metamorfoseado em uma solene omissão. Assume-

se que há racismo e discriminação dura contra os negros. No entanto, revela-se uma invisibilidade sobre o tema. Nada precisa ser feito.

Enquanto o Consenso de Washington transita melhor no campo conservador, os consensos internos grassam por todo o leque ideológico. São verdadeiros mantras que são repetidos de forma ecumênica. Raras vezes, nota-se tanta unidade no país.

Pior ainda: os consensos externos só nos atingem porque primeiro desenvolvemos os nossos. Estes - sim - nos levam ao nosso infortúnio social e moral. Eu creio que esses consensos internos é que nos torna dependentes dos de fora.

No que diz respeito ao crescimento econômico, há dois aspectos que raramente são considerados quando se critica o fraco desempenho alcançado (há mais de duas décadas a economia está estagnada):

1. A necessidade de se inovar no campo produtivo (refiro-me ao arranjo empresarial, à organização das unidades produtivas);
2. A crença (fortemente internalizada) de que o desenvolvimento depende apenas dos fundamentos econômicos para se efetivar (como a estabilidade monetária, política fiscal que favoreça à produção e exportação). Os fundamentos, muitas vezes, são regras necessárias. Todavia, a sua aplicação cega torna-se fundamentalismo. Não entender que as variáveis não-econômicas (como políticas de igualdade de oportunidades, desenvolvimento da auto-estima, valorização da identidade nacional e da cultura) são cruciais para um desenvolvimento efetivo acaba sendo um outro tipo de consenso negativo.

Concluindo esse olhar crítico, nos parece importante saber que os modelos macro-econômicos são aistóricos e por isso tornam-se caducos face à uma realidade herdada de um escravismo que consumiu mais de 2/3 do meio milênio de nossa história.

Celso Furtado, de novo, faz diversas inferências que chegam perto de nosso ponto de vista.

O célebre economista sugere que todo brasileiro faça as seguintes perguntas a si mesmo - as quais eu repito aqui: "Por que o desenvolvimento brasileiro foi tão desigual? Por que existe uma injustiça tão profunda?" (2003) Insiste ele.

Roberto Campos, diplomata e economista, renomado pensador conservador, não fala em desigualdade nem injustiça, como Furtado. Mas, indaga sobre a razão do nosso subdesenvolvimento.

A verdade é que qualquer análise consistente feita pelo campo progressista ou mais conservador terá de considerar as dificuldades de inclusão da população negra. Creio mesmo que a nossa vexatória concentração de rendas (uma das maiores do mundo) se explica em grande parte pela questão racial. O subdesenvolvimento brasileiro se esclarece também por aí: Para que se tenha uma noção numérica desse fato cito dados de duas importantes cidades brasileiras: Florianópolis e Salvador. Enquanto a primeira possui um percentual ínfimo de negros, pois teve colonização marcadamente européia, a segunda é chamada de Roma Negra, face ao seu elevado número de negros.

O Índice de inclusão Social de Florianópolis é o 3º do país, já o de Salvador despensa para a 226ª posição. Se, por outro lado, considerarmos a participação de ricos e pobres no total de rendimento auferido temos: na cidade do sul de esmagadora maioria branca o 1% mais rico fica com 10% da renda, enquanto que os 50% mais pobres conseguem o dobro - 20%. Na grande Salvador de maioria negra, o 1% mais rico obtém rendimento superior ao conseguido pelos 50% mais pobres!

Poder-se-ia inferir desses dados que em sociedades mais lineares do ponto de vista racial seria mais fácil distribuir renda. Se poderia dizer ainda que sejam regiões com crescimento diferenciado.

Entretanto, crescimento não automatiza inclusão social. No século XX o PIB brasileiro cresceu cerca de 100 vezes. Tivemos crescimento com exclusão endêmica. Há, portanto, cacoetes desconhecidos (oficialmente) para justificar o tamanho da assimetria brasileira.

1. PISTAS PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento econômico requer mais do que slogans. As pessoas devem ser estimuladas. O conceito conservador de desenvolvimento não considera a variável exclusão, pois opera com a expectativa de maior satisfação das necessidades sem pontificar quem são os beneficiários.

O Desenvolvimento Inclusivo para se efetivar depende de estratégias mais focadas. Aqui, as políticas sociais de cunho universalista não têm propiciado efetiva igualdade, apesar de terem nela a sua essência teórica. Trata-se de um sofisma bem engendrado que não tem dado conta de romper com a secular assimetria brasileira. Por outro lado, num país de exclusão social, não se pode operar contra alguns pressupostos universalistas como saúde, previdência social pública e ensino fundamental.

As nossas idiosincrasias históricas e sociais requerem *universalização com foco*, que vem a ser para nós fazer com que as políticas endereçadas ao segmento excluído tenham excelência. Trata-se do controle de qualidade, para o qual não se dispõe no país de indicadores eficazes. Esse é um dos caminhos que nos leva à Tecnologia da Inclusão (T. In), que consiste em operar inovações que proporcionem cidadania integral para excluídos e semi-incluídos. Essa idéia-possibilidade (por isso uma teoria em aberto) busca agregar 4 vetores que não costumam estar juntos, quando se pensa em desenvolvimento: 1) recursos para os investimentos necessários; 2) vontade política; 3) adaptação à nossa realidade cultural e social e 4) modelo operacional mais criativo. Trata-se ainda de pensar um modelo de crescimento que tenha como foco a inclusão, um petardo com calibre adequado para enfrentar um mal que está na raiz de nossa trajetória histórico-social que é a exclusão. (SANTOS, 2001)

A Tecnologia da Inclusão (T.In) requer as Políticas Massivas de Inclusão (PMIs), que são ações do setor público articuladas no sentido de promover grupos e populações inteiras para a cidadania plena (sobretudo no setor de habitação, reurbanização, recuperação de áreas degradadas, saúde, educação, projetos culturais e capacitação). São ações bem regionalizadas. Essas políticas são produtos da T.In e seguem na contra-mão da proposta aparteísta feita pela autoridade do Rio de Janeiro.

Simultaneamente requer-se um procedimento que não tem muita inventiva: implementação de uma consistente política de geração de renda naqueles setores que absorvem maior volume de mão de obra não qualificada. Pede-se ainda consistente investimento em saúde – sobretudo em medicina preventiva - adicionado por um programa padrão de renda mínima. Um Fundo Nacional de Recuperação Social, gerido pela Sociedade Civil há que ser implementado, sobretudo, para os 14% de indigentes.

A T. In deve ser colocada como meta estratégica para o país. A persistência nesse caminho por um prazo de 15 anos reverte a pobreza brasileira. As PMIs não são Ações Afirmativas, pois fazem parte da estratégia de universalização com foco.

O fato de o país não ser um tipo de capitalismo avançado é que facilita pensar num sistema novo.

Gostaria de pensar em um novo tipo de arranjo produtivo. Sabe-se e sente-se um fastio empreendedor. Os juros reais, daqui – um dos mais altos do mundo -, podem cair e se aproximar de zero. Mesmo assim não creio que teremos os empregos no volume que necessitamos. Haverá e já há um soluço de crescimento - jamais desenvolvimento verdadeiro. As pessoas que perderam seus lugares na economia mais avançada terão os seus empregos de volta - o que é ótimo. Mas pergunto: É esse o tamanho do nosso "sonho". A situação de desalento, o tamanho das desigualdades deveria impor uma estratégia menos banal, amarrada a fundamentos que não atinam para a nossa crua realidade.

Os mais de 20 anos de estagnação e a postura dos empresários é que me convence a pensar numa alternativa.

A descomunal capacidade ociosa existente permite-nos absorver milhões de produtores de bens agrícolas, industriais e de serviços. Tais trabalhadores poderão se organizar em pequenas unidades de produção ou em cooperativas de porte médio. O passo seguinte é dar a essas unidades produtivas capacidade de operar em escala pela associação de empresas. Podem ser pequenas e médias no tamanho, mas disporão de tecnologia gerencial e operacional. Essas redes produtivas se organizarão a partir das centrais sindicais que hoje administram (mal por sinal) o desemprego. Há espaço também para empresas maiores (sobretudo indústrias) que se organizarão também via cooperativas. Além das redes de empresas, não se deve perder de vista nichos de empregabilidade ainda não explorados devidamente, como o campo ambiental e turístico.

Esse esforço conjugado pode propiciar a consolidação de uma espécie de *socialismo de mercado* (SANTOS, 2001), onde se radicaliza na igualdade de oportunidades. Trata-se de um mercado que funciona como meio e não como fim, como se dá hoje. Os milhões de pseudo consumidores que hoje estão desempregados/subempregados ou ainda aqueles que habitam o limbo da informalidade passam a impulsionar a consolidação de um mercado autóctone, gerador de cidadania.

Os recursos para uma empreitada dessa envergadura provêm de duas fontes principais: 1) O banco de fomento do estado brasileiro (BNDES) que historicamente é um forte indutor do capitalismo brasileiro, com recursos fartos e baratos e (2) parcela a ser renegociada com os credores externos que adiarão parte dos recebimentos.

O elenco de bens e serviços a ser produzido deve priorizar aqueles para os quais há uma demanda reprimida (especialmente pelo 1/3 de pobres). A ênfase produtiva deve se dirigir para o mercado interno, embora não se descarte de todo a possibilidade de exportação.

Sintetizando essa proposta de Desenvolvimento Inclusivo: (1) Considerar a variável étnico-racial; (2) Organizar a produção de forma cooperativista/associativista; (3) Utilizar pequenas e médias empresas com alta produtividade mediante rede; (4) Aproveitar o material humano sob uma ótica não utilitária dando ênfase à empregabilidade e (5) Enfatizar o mercado interno.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que essa abordagem (em aberto) evidencia é que o desenvolvimento inclusivo a ser produzido no Brasil tem duas bases diferenciadas: uma se confunde com a dos países centrais (é competitiva e exporta bens com alta tecnologia, como jatos); a outra se dá

considerando nossas atipicidades que não se confundem. Existem – sim – recursos. A poupança brasileira em larga medida é física. A malha industrial, de serviços e rural existentes deverá reduzir em muito a sua capacidade ociosa em virtude de uma política neo-keynesiana projetada a partir de nossas carências.

Os discursos dos mais diferentes perfis clamam por recuperação econômica. Todavia a palavra recuperação já diz tudo. Ao recuperar a fase de prosperidade perdida nos anos 70 os "não competitivos", como são chamados os excluídos, continuarão de fora. A mera recuperação econômica não dá conta de incluir quem sempre esteve fora e não desenvolver um modelo para estancar o barbarismo social brasileiro é insanidade em estado puro.

Nota-se um vazio no campo político. Isso se deve ao baixo grau de ideologia que se verifica há tempos na sociedade nacional. Sente-se a falta de uma tese que unifique o país. Não há sedução ideológica. O esforço nacional para a reversão das desigualdades que grassam no Brasil por séculos seguidos poderá fazer com que aquilo que chamamos *etnicidade brasileira* se converta numa dessas "ideologias". O orgulho nunca exibido de encarnarmos uma riqueza única: nossa diversidade cultural e étnica. O fato de sabermos detentores de um papel que impulsiona o país e nossa vida - entes indissociáveis - para a frente e para o alto. Essa atitude requer auto-estima elevada. Num Brasil com cidadania integral esse material poderá ser abundante. Temos o contrário hoje: um deserto de possibilidades (aquilo que o brasileiro chama de "baixo astral").

Aqui, as elites sempre pensaram em uma identidade una. Temos uma realidade muita mais rica. O que deve ser unificado são os dois brasis – separados que são por um fosso sócio-racial profundo e largo. Nossa unidade é explicada pelo mosaico que somos - não por aquilo que pensamos que somos, como supõem nossas inferiorizadas elites. Aqui, em termos de identidade cultural, todos dispõem daquilo que é de cada um e ao mesmo tempo pertence a todos. Nota-se, nesse caso, uma contradição com o que se dá no mundo econômico e social.

A renitente crise brasileira é atípica. A inexistência de paradigmas requer propostas novas. Qualquer ousadia é bem-vinda. O importante é que saíamos do momento presente de perplexidade, onde diversos especialistas confessam não saber o que fazer, para uma nova fase que rompa com duas décadas de estagnação e séculos reiterados de exclusão social.

Referências

- [1] Estatísticas do século XX/IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- [2] FURTADO, Celso. Em busca de novo modelo, Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- [3] SANTOS, Helio. Teoria do círculo vicioso. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 1994.
- [4] SANTOS, Helio. A busca de um caminho para o Brasil – a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Senac, 2001.